

LITURGIA DA IGREJA, TRADIÇÃO VIVA E VATICANO II¹

No dia 20 de Maio de 1943, há portanto 50 anos, os padres Duployé e Roguet fundaram nas edições *du Cerf* Centro de Pastoral Litúrgica, o CPL, que iria desempenhar um papel importante no movimento que conduziu à Constituição do Vaticano II sobre a Liturgia. No Outono de 1949, tinha eu então 27 anos quando, por vontade dos meus superiores, comecei a ensinar liturgia na Faculdade de Teologia de Saulchoir e, ao mesmo tempo, a trabalhar no CPL, onde colaborei em *La Maison-Dieu* desde o número 21, em 1950. Em 1956, por proposta do CPL, foi fundado no Instituto Católico o Instituto Superior de Liturgia tendo como director D. Bernard Botte e a mim mesmo como seu auxiliar, durante os oito primeiros anos. Em 1959 o Papa João XXIII anunciou que ia haver um Concílio. No Verão de 1960 foram constituídas as comissões preparatórias. Mons. Jounel e eu, e pouco depois Mons. Martimort, fomos nomeados peritos da Comissão de Liturgia, onde reencontrámos os nossos amigos alemães, com os quais trabalhávamos havia já dez anos. Eu aproximava-me dos 38 anos.

Desde então, nunca suspendi o vaivém entre: a prática litúrgica dominicana; o ensino e o trabalho simultâneos no CNPL; uma dose limitada, mas apesar de tudo real, na cooperação dada ao ministério litúrgico paroquial; e uma participação, que em certas épocas foi muito absorvente, nos trabalhos sobre a liturgia em Roma.

¹ Fizaram-me abordar várias vezes este assunto: em duas entrevistas, uma à revista *Quatre Fleuves*, 21-22, 1985, 115-122, e a outra à *Vie liturgique* (Québec), Páscoa 1990, 39-41: “A reforma litúrgica hoje e amanhã”, assim como num *paper* na *Summer School* de 1989 da *Society of St. Gregory*, “The Catholic Liturgy within the Unity of the Living Tradition”, *Music and Liturgy*, 15, 1989, 106-115.

Antes do Concílio

Antes de falar do Concílio e da liturgia devo recordar, procurando não separar muito a minha história pessoal da do ISL e do CPL, alguns dados que, na perspectiva desta minha exposição, prepararam o Vaticano II ao longo dos anos cinquenta. Vou falar de três deles.

O primeiro, no que me diz respeito, foi a experiência litúrgica da minha comunidade religiosa. Nunca me deram um curso de liturgia. Com a Constituição conciliar (n. 16), penso que isso não foi um bem. Mas, para empregar a expressão do Concílio a um nível mais modesto, a oração litúrgica foi-me transmitida por Tradição viva.

O segundo, que aprendi do CPL e de *La Maison-Dieu*, e que viria a tornar-se depois, numa das grandes chaves do Vaticano II, é a complementaridade indissociável entre refontalização e presença a um mundo novo.² Voltarei a falar disto, mas gostaria de chamar a vossa atenção para a palavra *refontalização*, o neologismo de Péguy que não significa somente regresso às fontes, mas que as fontes se puseram de novo a jorrar.³

² Cf., por exemplo, em 1958, o prefácio do P. Louis Bouyer, então professor no ISL, para a tradução francesa, por Denis Gorce, dos sermões de Newman *Le secret de la prière*: “Newman é o exemplo vivo do regresso às fontes de que tanto se fala hoje entre nós e que deveria ser, para os cristãos, o segredo da única modernidade que não seja questão de moda: aquela ou o essencial, o eterno da fé, renova-se sem cessar porque o encontramos na sua nascente e o exprimimos sempre assim directamente aos seus contemporâneos”. Apraz-me encontrar uma fórmula semelhante, ainda que a tonalidade não seja idêntica, no prefácio do P. Congar à segunda edição (1984) do seu pequeno livro *La Tradition et la vie de L'Église*: “A Tradição cristã é a presença de um princípio em toda a sua história... Poderíamos comparar a Tradição a um rio que jorra numa fonte e banha numerosos países; ou ainda a uma árvore que cresce e dá ramos carregados de frutos: quanto mais se eleva para o céu, mais precisa de se agarrar às raízes. A Tradição é, de facto, esta presença das raízes antigas e da sua seiva na actualidade, presença cheia de futuro” (p.6).

³ Cf. Ch. Péguy, *Um novo teólogo, M. Fernand Laudet*: “um homem atacado... abandonar-se-ia a si próprio se não conseguisse instantaneamente uma base de actualização, um ponto, não somente de apoio, mas um ponto de revitalização, um ponto de refontalização na sua situação mais profunda” (ed. M. Péguy, II, 1957, 986); *Pórtico do mistério da segunda virtude*: “É a própria água recolhida que brota, que refontaliza... Na fonte e retorno da esperança” (ed. F. Proché – P. Péguy, 270-271; cf. 277: “Mas como é que acontece que esta fonte da Esperança corra eternamente... Tanto jorrar e tanto refontalizar”).

De entre os dados que indiquei, o terceiro, que na minha opinião não é menos original que o segundo, consiste no próprio carácter da categoria de “pastoral litúrgica”, como eu a pude receber de padres tão diferentes, como o dominicano parisiense Duployé, o cónego Martimort, de Toulouse, ou o beneditino belga Bernard Botte. Apesar de diferentes em muitos aspectos, estavam de acordo ao menos numa coisa, a saber que “pastoral litúrgica” não significa “aquilo que é imediatamente prático”; mas exige uma “mistura” entre trabalho aprofundado e uma certa profundidade de sentido humano – não somente de piedade – que os nossos contemporâneos esperam do pastor.

Chaves da Liturgia segundo o Vaticano II

Volto ao Vaticano II e à liturgia, e mais concretamente a algumas grandes chaves para compreender a liturgia que celebramos, e o nosso papel hoje na Igreja em oração. Por um lado, o que vou dizer deve muito às conversas que tenho todas as semanas com o P. Congar, que está agora com os seus noventa anos, mas naturalmente sou eu só a assumir a sua responsabilidade. Por outro lado, seria errado compreender as chaves de que falo como se fossem um sistema.

Sem discutir aqui as vantagens e os inconvenientes duma construção teológica sistemática, é preciso ver no magistério do Concílio uma procura de coerência, mas algumas vezes, como por exemplo no decreto sobre os presbíteros, há determinadas justaposições pouco sintetizadas. O Concílio comportou-se, creio eu, como se uma justaposição razoável valesse mais do que uma falsa síntese. A tal propósito, o P. Congar disse-me que, durante o Concílio, Paulo VI, quando partia um mês de Verão para Castel Gandolfo, levava consigo a pasta da minoria conciliar sobre um dos grandes debates, para se certificar de que a maioria tinha escutado verdadeiramente a minoria⁴ e tido em conta os seus argumentos. O mesmo aconteceu com a questão mais difícil de todas, a da liberdade religiosa. É isso um Concílio, é isso a Igreja-Comunhão. Talvez haja aqui qualquer mensagem para nós, os descendentes dos gauleses que Júlio César conseguiu vencer porque passavam o seu tempo a combaterem-se uns aos outros.

⁴ Não é este o momento de entrar em comparação com o lugar dado à minoria no Vaticano I. Cf. a este respeito M. O’GARA, *Triumph in Defeat. Infallibility, Vatican I, and the French Minority Bishops*, Washington D.C, 1988.

A propósito do Vaticano II e da liturgia, queria evocar três chaves, das quais anunciei antecipadamente a principal, que vai muito para além da liturgia, ou seja, a interdependência entre *refontalização* e presença ao mundo deste tempo. As duas outras chaves são, de um lado, a participação activa que conduz à Igreja-Sujeito da liturgia, e, do outro lado, a influência mútua, na reflexão conciliar, entre olhar sobre a Igreja e olhar sobre a liturgia.

A chave da participação activa

A participação activa, *leitmotiv* da constituição *Sacrosanctum Concilium*, e *refontalização*, que tem o seu ponto de partida na palavra de S. Pio X, parece-me ter três características, que não irei estudar hoje em pormenor:

1º – Foi ela que levou ao uso da língua vernácula, a qual, a partir do momento em que foi introduzida, realizou de imediato a participação activa nos diálogos da Missa naqueles países em que ainda não era usada.

2º – A participação activa vale também para todas as outras refontalizações litúrgicas, como por exemplo: a escuta activa da Palavra de Deus, à mesa da Palavra, reencontrada na acção eucarística;⁵ a piedade eucarística, centrada de novo na grande oração eucarística, com os problemas que isso põe, ou, ainda, a comunhão do cálice.

3º – À luz da experiência, a noção de participação aparece como uma espécie de transição histórica para a noção de Igreja-Sujeito da Celebração. Isto é verdade, quer descritivamente, quer teologicamente. Primeiro, descritivamente: recordo-me de ter dito ao Cardeal Malula, no dia seguinte a uma grande Eucaristia festiva a que ele presidiu numa igreja de Kimshasa, que a palavra “participação activa” é demasiado fraca para descrever o que eu acabava de ver. Estou ainda a ouvi-lo repetir estas palavras para nelas reflectir. Teologicamente, também é verdade: conheceis o estudo do P. Congar sobre a Igreja-Sujeito da celebração, publicado em 1967, a propósito do qual o canadiano Charles Pottie e Dominique Lebrun ⁶ mostraram que os livros litúrgicos saídos

⁵ Sobre as duas mesas da Eucaristia no Vaticano II e na Tradição, Cf. R. CHÉNO, “La structure de la messe et la lex orandi”, LMD 188, 1991, 109-127.

⁶ “La doctrine de l’*Ecclesia* sujet intégral de la célébration dans les livres liturgiques depuis Vatican II”, LDM 176, 1988, 117-132.

do Vaticano II o tiveram em consideração. Por outro lado, o importante artigo 26 da *Sacrosanctum Concilium* dá lugar, entre o que se refere aos ministros e o que diz respeito à participação activa de toda a *Ecclesia*, às diversas funções litúrgicas dos leigos na assembleia. Por ocasião do vigésimo quinto aniversário da Constituição tive de fazer a síntese dos relatos de todas as conferências episcopais sobre a utilização deste artigo.⁷

A chave da interacção entre Liturgia e Igreja

A segunda chave, é a influência mútua, no Vaticano II, entre visão da liturgia e visão da Igreja. Aqui mencionarei três pontos.

1º – A ausência, na *Sacrosanctum Concilium*, de quase toda a reflexão sobre o *sacerdócio comum dos fiéis* e sobre o modo como este se distingue do *sacerdócio ministerial*. Esta ausência deve-se ao facto de a comissão teológica preparatória se ter recusado estudar conjuntamente esta questão, opondo-se ao voto expresso pelo comissão da liturgia.

2º – O que a meus olhos há de mais característico na visão da Igreja do Vaticano II é uma certa transferência do *aspecto organizativo e societário* da Igreja, para o seu *aspecto mistérico e sacramental*, mais próximo, portanto, da liturgia. Perguntei ao P. Congar se estava de acordo e ele respondeu-me que sim. Acresce o facto de nos anos do Concílio e do imediato pós-Concílio esta transferência ser acompanhada, inclusive entre alguns Padres conciliares, de uma espécie de alergia ao direito canónico, alergia essa que depois passou.

3º – Não tenho tempo, nem talvez a competência que seria necessária, para tratar aqui do papel das diversas imagens bíblicas da Igreja na *Lumen Gentium* e na reforma litúrgica do Vaticano II. A doutrina do *corpo místico* era já fundamental, tanto na visão da liturgia da *Sacrosanctum Concilium* (n. 7),⁸ como na *Mediator Dei*. É de notar também o papel que a visão orgânica do *Corpo Ecclesial* desempenha nos *Prae-*

⁷ LMD 162, 1985, 43-71.

⁸ Em aproximação e coerência com a doutrina do Corpo Místico, o Missal de Paulo VI põe em relevo a insistência da tradição eucológica romana sobre a mediação de Cristo e a oração *per Christum ad Patrem*, sublinhada – quanto a mim, de forma demasiado absoluta – por J. A. JUNGMANN na sua tese *Die Stellung Christi im liturgischen Gebet*, Münster, ¹1925, ²1962. Cf., no mesmo sentido que Jungmann, I. PAHL, *Die Christologie der Römischen Messgebete mit korrigierte Schlussformel*, Münster 1966.

notanda do novo ritual, e portanto na pastoral dos sacramentos. Por outro lado, para entender a liturgia, precisamos da imagem da *Igreja-Esposa* colocada em frente de Cristo.⁹ Por exemplo, para compreender a função do bispo e do presbítero penso que têm de se colocar, segundo os casos, ora do lado da esposa ora do lado do esposo.¹⁰ Por fim, a imagem da *Igreja-Templo* é essencial à compreensão da Igreja em oração. A oração da ordenação de um bispo, retomada da *Tradição Apostólica*, pede para ele o Espírito, pelo qual a Igreja é estabelecida em toda a parte como santuário do louvor divino. Para este tão importante documento que é a *Tradição Apostólica*, a Igreja é constitutivamente *Igreja em oração*:¹¹ é o lugar espiritual onde a Trindade é glorificada, onde se dá glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. Posso acrescentar que se esquecêssemos que a Igreja é Igreja em oração, correríamos o risco de cair nessa espécie de auto-celebração da Igreja, que certo teólogo importante receia para a liturgia de hoje.

A chave da interdependência entre refontalização e presença ao mundo

Chego à unidade da tradição viva ou ainda – considerando um aspecto preciso desta tradição viva – à interdependência entre refontalização em tradição e presença ao mundo deste tempo, de que falei várias vezes, durante este Inverno, aos estudantes do ISL. Esta interdependência vem explicitada no início do decreto conciliar *Perfectae caritatis*, mas o P. Congar concorda comigo que há aí uma chave do

⁹ A este respeito, é característica no n. 7 de *Sacrosanctum Concilium* a emenda sobre a Igreja – Esposa *quae Dominum suum invocat* (Cf. os dois estádios do texto em *La Maison-Dieu* 155, 1983, 72): esta emenda está para o esquema conciliar o que, em relação ao livro de Jungmann, é a do seu discípulo Balthasar Fischer (Cf., deste último, o seu artigo essencial “Le Christ dans les Psaumes”: *La Maison-Dieu* 27, 1951, 86-109).

¹⁰ Assim quando o *sacerdote* (bispo ou presbítero) pronuncia as palavras consecratórias *in persona Christi* (Cf., sobre esta máxima, B.D, MARLIANGEAS, *Clés pour une théologie du ministère. In persona Christi, in persona Ecclesiae*, Paris 1978). O mesmo quando o bispo exerce a função de esposo da Igreja.

¹¹ Cf. a bela catequese de Paulo VI sobre “a Igreja, comunidade orante” (3 de Novembro de 1971): “Que é a Igreja? É uma comunidade que reza. Pensai nisso: é um povo que canta os Salmos e que ora, um povo de Deus! Eis o sinal da sua filosofia e da sua teologia...” (texto italiano em *L'Osservatore Romano* de 4 de Novembro de 1971 e em *Notitiae* 1971, 377-378).

conjunto dos textos do Concílio, da constituição sobre a liturgia e de todos os outros. Vem a propósito acrescentar uma observação a respeito do *Gaudium et spes*, a Constituição sobre a Igreja no mundo contemporâneo, cujo título está conotado na minha fórmula sobre a interdependência entre refontalização e presença ao mundo. Que a Igreja, que todo o cristão e especialmente quem é chamado ao apostolado ame o seu tempo, esteja em diálogo com ele e, em primeiro lugar, não tenha medo dele, é seguramente válido para todos os tempos. Estando presente em cada um de nós este princípio, cuja revalorização é uma das graças do Vaticano II,¹² impõe-se reconhecer que o mundo do nosso tempo já não é exactamente o mesmo da época do Vaticano II, e que o optimismo de *Gaudium et spes* era inspirado, por um lado, pela espera evangélica do Reino de Deus e, por outro lado, era um dado desse tempo, o último tempo da modernidade. A nossa pós-modernidade e as suas angústias identificam-se talvez melhor com as palavras que se seguem a *Gaudium et spes: luctus et angor*.¹³

Seja qual for o tempo em que nos encontramos, a unidade viva da tradição, como expliquei em *La Maison-Dieu*, 178, vai simultaneamente contra uma concepção puramente estática e não refontalizada da tradição e uma concepção da modernidade litúrgica em oposição dissociante relativamente à tradição. Isto é válido, quer em relação às decisões conciliares, quer ao trabalho da reforma litúrgica pós-conciliar, quer à aplicação desta reforma na vida litúrgica da Igreja.

1º – Já disse que o Vaticano II, como também o movimento litúrgico antes do Concílio, se caracterizava pela interdependência entre refontalização e presença ao mundo. Foi nesta perspectiva que os Padres Conciliares decidiram grandes refontalizações como a realização geral da participação activa com o uso da língua vernácula, que lhe está directamente ligada, a restauração da mesa da Palavra de Deus na

¹² Cf particularmente as Actas do Colóquio *Paolo VI e il Rapporto Chiesa-Mondo al Concilio*, Roma 1989 (Pubblicazioni dell'Istituto Paolo VI, 11), Brescia 1991.

¹³ O emprego que aqui se faz de pós-modernidade não é em sentido técnico, ao ponto de tomar partido no debate sobre esta noção. cf. o artigo de S. MEIER, "Postmoderne" in *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, VII, Darmstadt, 1989, col 1142-1145 e A. GIDDENS, *The consequences of Modernity*, Stanford, 1990. Para este autor, a partir dos fenómenos sociais que estuda, a pós-modernidade não é uma espécie de falência da modernidade, mas a sua lógica extrema.

Missa e, em certos casos, a comunhão do cálice.¹⁴ Naturalmente, a grande maioria dos Padres, quanto à língua litúrgica e às outras coisas, exerceram um discernimento concreto e não arqueológico.

2º – O modo como se realizaram estas refontalizações no trabalho da comissão litúrgica pós-conciliar foi controlado constantemente até ao pormenor, por Paulo VI. Foi com conhecimento de causa que nos dias em que entrou em vigor o novo *Ordo Missae*, ele pronunciou esta frase muito pensada: “é um passo em frente da tradição autêntica”. Nós podemos medir o modo como o Papa seguiu e controlou até ao pormenor os trabalhos da reforma litúrgica pelo livro de Aníbal Bugnini *La Riforma liturgica*, que Mons. Martimort e eu que poderíamos completar com recordações concretas.

3º – Em terceiro lugar houve a aplicação prática da reforma, isto é, a sua recepção. Aqui é preciso distinguir o primeiro momento em que foi posta em prática e a aplicação a longo termo. Não sou por certo o juiz mais objectivo, mas os bispos do sínodo-balanço do Vaticano II consideraram que a recepção da reforma litúrgica foi feliz e profunda.

É claro que também houve dificuldades devidas quer à falta de jeito ou às atitudes autoritárias da parte de certos pastores, quer ao modo como uma parte do clero e dos fiéis concebia a relação da liturgia com a experiência imediata. Este segundo tipo de dificuldades exprimiu-se claramente, em 1966, num artigo sobre “O terceiro homem”, aquele que não sabe mais onde está, porque não sendo hostil à reforma litúrgica também não encontra nela o que se julgava no direito de esperar: “Muitos que se alegraram com as reformas litúrgicas pensam agora que elas foram tímidas e não ajudam muito, afinal, a unir a vida quotidiana com as forças da experiência cristã ou a permitir à existência humana a descoberta dos seus significados religiosos”.¹⁵

Ainda que um tal modo de ver fosse representativo duma fracção do público católico, não creio enganar-me ao dizer que a principal dificuldade da reforma litúrgica, normal em certo sentido, mas que foi mal calculada na época do Vaticano II, tem a ver com a profundidade dos hábitos em matéria de oração e, falando em termos de antropologia, com o seu valor estruturante para o homem cristão na Igreja orante.

¹⁴ Ao que veio a juntar-se, a um igual nível de importância, o uso de várias orações eucarísticas em vez de uma só.

¹⁵ F. ROUSTANG, “Le troisième homme”, *Christus* 13, 1966, 561-567. Cito a p. 564.

Também aí, e talvez aí, antes de mais, vale o adágio *Sacramenta faciunt Ecclesiam*.¹⁶ E deste ponto de vista não posso concordar com a totalidade do pequeno livro publicado em 1959 pelo P. ROUGUET sob o título *On nous change la religion*.

Pela sua própria natureza, a reforma litúrgica do Vaticano II tem lugar na correlação, enunciada por F. BRAUDEL nos seus *Écrits sur l'Histoire*,¹⁷ entre o tempo dos acontecimentos e o das mentalidades, o tempo breve e a longa duração. O lugar profundo da liturgia e da sua função estruturante na tradição viva situa-se na longa duração, e as reformas que lhe são por vezes necessárias, têm necessidade elas próprias de duração para assimilarem ao mesmo tempo a trama da liturgia e a experiência dos cristãos. A isto precisamos de acrescentar, no que respeita à nossa época, que temos aí um caso, mas não o único, do problema mais geral que coloca hoje o vaivém constante que todos têm de praticar entre o tempo breve e o tempo longo, entre um mundo que muda muito rapidamente e as mentalidades profundas que não mudam mais depressa que antes nem podem mudar mais rapidamente.

Uma dupla conclusão, sobre o tempo da liturgia e sobre a mistagogia pela qual gostaríamos de fazer entrar. Primeiro, sobre o tempo da liturgia: pela sua própria natureza, a unidade da tradição viva faz uma só coisa com a liturgia escatológica e tem a humilde audácia de nela entrar já. Em seguida sobre a mistagogia: não receio aplicar à liturgia e à mistagogia, conjuntamente, o que S. Gregório Magno escreveu a respeito da Palavra de Deus quando enviou ao bispo S. Leandro os seus *Moralia* sobre o livro de Job: A Palavra de Deus – eu digo, a liturgia também – é um rio tal que nas suas águas podem caminhar os cordeiros e nadar os elefantes.¹⁸

PIERRE-MARIE GY, O.P.

¹⁶ Cf. S. THOMAS D'AQUIN, *Sentenças* IV, D. 18, q 1, a 1 qc 1: “*ex latere dormientis in cruce sacramenta fluxerunt, quibus Ecclesia fabricatur*”. Não esqueço a maneira como o P. de Lubac sublinhou que a Eucaristia faz a Igreja, a propósito do que o P. Mc. PARTLAN acaba de publicar um belo livro *The Eucharist makes the Church. H. de Lutac and J. Zizioulas in Dialogue*, Edinburg, 1993. Mas, considerando as bases da Tradição em que o P. de Lubac se apoia, não penso que haja razões para restringir a fórmula à Eucaristia.

¹⁷ Paris 1969. O capítulo a que me refiro apareceu primeiro nos *Annales E.S.C.* em 1958.

¹⁸ “Quasi quidam quippe est fluvius, ut ita dixerim, planus et altus, in quo et agnus ambulet, et elephas natet” (PL 75, 615 A).